
Razões Finais - ABRACE (Revisão Tarifária CEG e CEG-Rio)

De : Natália Seyko Inocencio Aoyama
<seyko@abrace.org.br>

sex, 19 de fev de 2021 16:14

 2 anexos

Assunto : Razões Finais - ABRACE (Revisão Tarifária CEG e CEG-Rio)

Para : secex@agenersa.rj.gov.br

Cc : Adrianno Farias Lorenzon <adrianno@abrace.org.br>

Prezados, boa tarde!

Em nome da ABRACE envio manifestação a respeito dos processos tarifários das concessionárias de distribuição de gás canalizado CEG e CEG-Rio. Peço por gentileza o envio de e-mail de confirmação de recebimento deste documento. Desde já agradeço a compreensão.

Atenciosamente,

Natália Seyko Inocencio Aoyama
Diretoria de Energia

Tel. 61 3878 3519



 **Razões_Finais-ABRACE (Revisão Tarifária CEG e CEG-Rio).pdf**
292 KB

CONTRIBUIÇÕES ABRACE

RAZÕES FINAIS

REVISÃO TARIFÁRIA QUINQUENAL DAS CONCESSIONÁRIAS CEG E CEG-RIO

FEVEREIRO DE 2021

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ABRACE, associação setorial que representa os grandes consumidores industriais de energia, motivada pela busca da modernização e competitividade, da atratividade para novos investimentos e da maturidade regulatória do setor de gás natural, vem participando e contribuindo ao longo do tempo nas discussões que envolvem o tema no âmbito das indústrias.

Sob esse foco, buscamos contribuir em processos regulatórios junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA) no âmbito do 4º ciclo de revisões tarifárias das concessionárias CEG e CEG Rio.

Iniciado em fevereiro de 2018, por meio da Consulta Pública nº 04/2018, o processo de Revisão Tarifária do quinquênio 2018-2022 contou com a participação dos diversos agentes do setor, incluindo esta Associação. Apesar da defasagem temporal, o citado processo regulatório ainda se encontra em andamento até o presente momento, sem previsão para aplicação efetiva das tarifas definitivas. Tal conjuntura implica em adoção de tarifas provisórias, gerando desequilíbrios econômicos na relação entre consumidor e concessionária.

Ao que se indica, considerando os resultados apontados pelo relatório do grupo de trabalho da Agenersa, corroborado pelas contribuições apontadas por esta Associação e confirmadas por demais agentes setoriais ao longo do processo, há uma sobrevalorização nos custos e subestimação de demanda, gerando aplicação de tarifas acima do nível considerado apropriado. Diante deste cenário, torna-se temerária a constante postergação do fechamento do processo de revisão, de modo a atribuir sobrecustos ao consumidor, sobretudo em pleno cenário de crise e pós-crise econômica. Sobre esta matéria, cabe mencionar que a própria agência reguladora publicou em seu relatório técnico a projeção de redução da margem média de 13% e 84%, respectivamente para as concessionárias, para a compensação das divergências tarifárias entre o projetado previamente pelas concessionárias no início do processo tarifário e as atualizações de dados. Dessa forma, reitera-se a necessidade de urgência processual para a tratativa deste tema.

Ainda sob este contexto de necessidade de fechamento processual, o Parecer da Procuradoria da Agenesra em tela, apesar de bem estruturada e bem embasada na contextualização das ocorrências do processo, carece de posicionamento efetivo nos pontos mais relevantes da discussão. Embora fundamentado no aspecto jurídico, o Parecer deveria servir de instrumento de respaldo à agência reguladora na sua tomada de decisão acerca do processo regulatório conforme as melhores práticas. Por outro lado, a conclusão deste documento deixa em aberto diversos pontos, de modo a endereçar para outras discussões determinados itens, na justificativa de tratar-se de temas de teor técnico-econômico. Sobre este aspecto, entende-se que as tratativas dos assuntos mais técnicos tenham sido dadas pelo GT, grupo formado especificamente para tal incumbência.

Além destas iniciais considerações, descreve-se a seguir demais ponderações, apresentadas em itens.

1. DEMANDA

Conforme apontado no Parecer, a definição do volume projetado para o ciclo tarifário implica em elevada complexidade, sem endereçar uma solução concreta ao tema. Sobre este aspecto, diante da postergação da definição metodológica, já existe uma projeção mais assertiva, visto que se passou por mais da metade do período do ciclo referenciado. Dessa forma, solicita-se o recálculo da projeção de demanda, considerando o volume efetivamente demandado no período compreendido entre jan/2018 até a presente data.

O setor elétrico passa por um momento de severa escassez hídrica, com reservatório a níveis historicamente baixo e elevado despacho termelétrico. Portanto, a projeção de demanda termelétrica ora apontado no relatório do GT se mostra defasado em relação a realidade. Desta forma, considerando o atraso na implementação da revisão tarifária, solicitamos a atualização da demanda termelétrica para o quinquênio.

Não custa rememorar que, no quinquênio anterior, o volume da demanda adotada para o segmento térmico durante o processo de revisão foi bastante conservador, levando ao desequilíbrio econômico do processo. Conforme já apresentado pela ABRACE em

contribuições anteriores, solicitamos que a receita auferida pela concessionária por esse desequilíbrio seja devolvido ao mercado consumidor.

De forma estrutural, faz-se relevante reforçar a necessidade de implementação de mecanismos que minimizem tais ocorrências, de modo a neutralizar os efeitos da variação da demanda sobre o efeito econômico. Considera-se que a implementação do Termo K, para recuperação das diferenças econômicas do processo anterior, em concomitância com a aplicação de encargos fixos para o segmento termelétrico, sejam medidas alternativas para solução desta problemática. Dessa forma, sugere-se o estudo do aprimoramento destes mecanismos para implementação para próximo ciclo tarifário.

2. ESTRUTURA TARIFÁRIA

Diante do exíguo período de tempo, sugere-se pela manutenção da atual estrutura tarifária. Entretanto, faz-se pertinente o aprofundamento do tema para elaboração de normativo regulatório com regra de aplicação deste mecanismo tarifário para próximo ciclo tarifário. Tal necessidade é fundamentada na falta de respaldo metodológico apresentado pelas concessionárias para a definição das referidas estruturas tarifárias. É primordial que haja a justa atribuição de responsabilidades de custos entre as diversas classes de consumidores, no sentido de evitar práticas de subsídios cruzados.

Acerca da eliminação da tarifa mínima para consumidores de tarifas sociais, trata-se de uma política social ao qual sobressai dos limites de atuação desta agência reguladora. Ademais, cabe ressaltar que para a implantação de uma política desse âmbito, é imperioso o estabelecimento de metas, delimitação temporal de aplicação, assim como a constante fiscalização e acompanhamento do benefício concedido. Caso contrário, configura-se no estabelecimento de subsídio cruzado permanente entre segmentos de consumidores do setor, de maneira a onerar os demais consumidores, sem qualquer mensuração dos benefícios desta medida.

Nesta mesma perspectiva, também foi estabelecido subsídio cruzado entre os consumidores do segmento termelétrico e os demais consumidores. Trata-se de uma

medida anti-isonômica, no qual foi definida aplicação de tarifas diferenciadas para o segmento termelétrico.

Em consequência dessas medidas, o consumidor convencional, além de custear com os dispêndios da atividade de concessão de distribuição, assim como os custos no transporte e molécula, é obrigado a custear uma parcela da tarifa de determinados consumidores beneficiados por decisões discricionárias desta agência reguladora. Tal medida vai contra os princípios da competitividade tarifária, fundamental para o fomento do mercado de gás no estado.

3. III TERMO ADITIVO

Apesar das anteriores manifestações, não custa reiterar o entendimento desta Associação de que o terceiro termo aditivo dos contratos de CEG e CEG-Rio tem efeito nulo. Este posicionamento é defendido, particularmente no que diz respeito à cobrança de outorga compensatória mediante posterior reconhecimento destes valores na base de ativos das concessionárias. Diante da relevância dos impactos desta consideração no processo, reforça-se este posicionamento.

4. INVESTIMENTOS NÃO REALIZADOS

Conforme apresentado em contribuições anteriores, replica-se o posicionamento desta Associação (e corroborado pelo relatório do GT Agenera) de que os investimentos não realizados devem ser compensados neste ciclo, já que a tarifa do ciclo anterior fora calculada considerando tais investimentos. Em outras palavras, os consumidores pagaram por investimentos não realizado e agora devem ser ressarcidos. Entende-se ainda que para a consideração dos investimentos na base, seja obrigatória a apresentação de relatórios detalhados sobre o cumprimento dos projetos, de acordo com o definido no Plano de Investimento, com o devido acompanhamento da agência reguladora sobre tais investimentos.

5. DEFASAGEM TEMPORAL

Mediante a grande defasagem temporal de aplicação do resultado da revisão tarifária para o ciclo 2018-2022, importa destacar a necessidade da compensação dos montantes pagos pelos consumidores durante o período decorrente desde o início de 2018 até o momento anterior à entrada em vigor da nova margem tarifária.

Dessa forma, solicita-se que sobre o montante a ser projetado na revisão tarifária, seja descontado o valor pago pelo consumidor e que somente essa diferença seja aplicada para o período restante do ciclo tarifário.